ANO 7.º — Sexta-feira, 22 de Maio de 1914 — NUMERO 323

O DEMOCRATA (A VENÇA)

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . . 1$20
Semestre $60
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . . 2$50
Avulso $02
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO
—(*)—
Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA
Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS
Por linha . . . . 4 centavos
Comunicados . . . . 2 centavos
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

Congresso republicano

—=(*)=—

Com uma concorrencia superior á do ano passado realisou-se nos dias 16, 17 e 18, na Figueira da Foz, o congresso ordinario do Partido Republicano Português em cujas sessões foram discutidas as várias téses apresentadas, sem a menor alteração da ordem, mas com o entusiasmo proprio duma assembleia que, tendo reconhecido o muito que é preciso fazer no periodo de reconstrução duma *patria*, devotadamente se lança no caminho para isso indicado trabalhando com afinco e, cheia de fé e de patriotismo, resolvida a não abdicar jámais das atribuições conferidas pelo acto revolucionario de 5 de Outubro, que aboliu de Portugal a perniciosa monarquia dos adeantamentos.

Não ha que vêr: o congresso do Partido Republicano marcou este ano o inicio de uma era nova e deu-nos a impressão de que,embora não tivéssem desaparecido por completo as causas que determinavam as acaloradas discussões de outr'ora tendentes a moralisar os costumes politicos de cértos correligionarios, alguns dos quais arvorados em chefes, a percentagem dos escandalos é muito menor e as imoralidades menos frequentes pela acção contra elas exercida em todo o país pelos numerosos elementos que hão-de constituir, atravez de tudo, o forte esteio da democracia não a deixando enodoar, nem comprometer, nem desacreditar como enoadas foram, comprometidas e desacreditadas pelos que se diziam seus defensores, as instituições que a Republica veio substituir.

Nós sômos politicos e politicos republicanos, toda a gente o sabe. Mas a nossa politica é norteada nos principios da moral e da honestidade que ouvimos prégar no tempo da propaganda e por isso mesmo não nos serve, nunca nos servirá, qualquer outra que se não firme nesses principios e dê á nação portuguêsa seguras garantias de prosperidade, respeito e independencia.

No congresso da Figueira uma sessão houve que valeu talvez por todas. Foi aquela em que se tratou da defêsa nacional tomando-se compromissos que muito honram o Partido Republicano e especialmente o sr. Afonso Costa, que, com o maior calor, defendeu e apoiou todas as propostas tendentes a resolver o complexo e dificil problema. Politica patriotica, politica de principios é sobretudo o que convém a um país como o nosso, enfraquecido, depauperado, gasto de energias, mas que, temos a certêsa, a Republica hade elevar dentro em pouco com o auxilio de quantos por ela trabalharam e sofreram sem desfalecimentos nem cobardia. E tudo ficará compensado, tudo. Ainda mesmo que a regeneração da Patria a uns custe mais do que aos outros, que só servem de estorvo, tão afastados se acham das normas moraes que hoje constituem a base primordial em que tem de assentar o novo estado de coisas.

Os trabalhos iniciados na Figueira foram importantissimos. Que eles prosigam. E que a soberba manifestação partidaria deste ano seja como que a glorificação da Democracia em marcha para o triunfo de que hade brotar verdadeiramente a confiança e o prestigio da Republica Portuguêsa.

Á DEGOLA

Lemos no nosso coléga de Schanghai, *A Rotunda*, que no dia 27 de Abril foram executados em Lonchang, por conspirarem contra a Republica Chineza, 20 individuos, havendo ainda mais 16 que estão presos á espera da sentença capital.

Compare-se com a nossa, esta *cordealidade*...

Capitão Ferreira Viegas

—=(*)=—

Pela ultima ordem do exercito, foi de novo colocado em Aveiro, no regimento de infanteria 24, este nosso presado amigo que pelo seu caracter se tornou crédor da estima dos aveirenses e, em especial, de todos os seus camaradas e superiores.

O capitão Viegas é aquele distinto oficial que conhecemos desde o seu regresso da India onde prestou assinalados serviços durante o tempo que lá permaneceu e ainda duma conferencia realisada no Teatro Aveirense em que pôz em relevo a sua vasta cultura intelectual, mostrando-nos um completo estudo dos assuntos coloniaes, depois reunido em livro, e que lhe valeu fartos elogios dos criticos. Prestavel e delicado, quer como militar e director da Carreira de Tiro da Gafanha quer como simples cidadão, todos nele encontram uma alma franca, se bem que as bôas qualidades, em Aveiro, não possam perdurar sem licença do *Bichêsa* ou doutros que taes com o monopolio da *virtude* de que querem ser os unicos detentores...

Folgamos de vêr outra vez o nosso amigo aqui colocado em harmonia com os seus desejos tanto mais que era justo que assim acontecesse, não fosse alguem dar importancia, que não tem, ás insinuações feitas pelo orgão camaleonaceo barbosino da Vera-Cruz sobre a vinda do ilustre oficial.

Pela nossa parte muito sincéra e afectuosamente o cumprimentâmos.

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

Dum avariado

«Não tenho a honra de conhecer pessoalmente o Senhor D. Manuel nem os serviços que, servindo a causa monarquica, indirectamente lhe presto, reclamam esse conhecimento. Não me é, porém, indiferente a pessoa do soberano, por isso que á restauração da monarquia não é indiferente que o soberano seja bom ou mau, capaz ou incapaz. Quer isto dizer que a seu respeito abri tambem o meu inquerito e formei a minha opinião. Essa opinião não lhe é desfavoravel: muito pelo contrario me parece que se ha pessoa victima do boato inane e da afirmação gratuita esse é o Senhor D. Manuel.

Claro está que o objecto desse inquerito não foi o de estabelecer paralelo ou pôr em concorrencia o Senhor D. Manuel com o Senhor D. Miguel. Esse assunto tão complexo e delicado, tenciono estuda-lo e resolve-lo nas primeiras férias grandes... *depois da restauração.* Até lá, nem sequer me preocupa, tanto mais quanto no velho partido miguelista conto hoje amigos que o *são* de toda a gente de bem pela sua probidade pessoal acima de toda a suspeita e pela rara constancia com que na constante adversidade teem sabido manter a sua fé politica.

Porém, a força imanente das cousas, factor com que é preciso contar nas mais engenhosas combinações da politica, a cada passo põe em fóco o Senhor D. Manuel, obrigando a intervir aqueles que na restauração da monarquia vêem uma condição de *salvação publica.* Com ou sem argumentos que duvida não façam, muitos portuguêses vêem no Senhor D. Manuel o Rei da monarquia restaurada, o futuro Rei de Portugal. Ora o *sentimento publico* é no xadrez da politica uma pedra como outra qualquer; é um *facto;* na politica portuguêsa bem póde até dizer-se que *é tudo.* A republica sucumbe, principalmente, *por falta de base sentimental*, ou melhor, por a cada passo magoar o sentimento publico no que este têm de mais sensivel. Portugal é um país onde até os juizes do Supremo Tribunal julgam, não raro, pelo coração e onde a propria aritmetica para ser aceita, precisa de ser embrulhada em flores de retorica. Creio mesmo que o nosso povo só consegue aprender a somar porque a disposição das respectivas parcélas lembra, de longe, a metrificação do fado.

* * *

. . . .

A salvação da Patria, de que todos somos filhos, depende do regresso a uma monarquia que para as multidões represente a *tradição* nacional, simultaneamente apoiada na Cruz, na Espada e na Toga. Deste triplice apoio resultará para todas as classes da sociedade portuguêsa a *disciplina*, sem a qual não haverá ordem nem progresso num país onde ninguem sabe o que quer, e onde a *vontade* colectiva foi substituida por mil *vontadinhas* individúais.

* * *

A obediencia terá de ser a condição da monarquia nova. A *obediencia livremente consentida* é uma virtude excelsa. A *obediencia* —não me cançarei de o repetir— *é a mais nobre afirmação do livre arbitrio.* Traçado um ideal de salvação publica, é preciso obedecer-lhe. E' preciso que na familia os filhos obedeçam aos paes; que nas escolas os discipulos obedeçam aos mestres; que em todas as profissões e herarquias os inferiores obedeçam aos superiores; que os soldados obedeçam aos seus oficiaes, sargentos e cabos; que os catolicos obedeçam ao seu prelado; que um juiz seja um juiz, que um general seja um general, que um bispo seja um bispo, e que todos, mas *todos*, obedeçam á monarquia e ao Rei, como simbolos que são, da tradição nacional.

. . . .

O regimen republicano não se adapta nem ao nosso modo de nascer nem de crescer. Sômos um povo sentimental, mistico, lirico, amando a grandeza, o penacho, a condecoração, os uniformes vistosos, o som do clarim, a ponta de heroismo e de bravata. Sômos orgulhosos e vaidosos, barulhentos e expansivos. Sômos atenienses, não espartanos. Sômos do país do céu azul e do vinho generoso. Sômos tão pouco democratas que o democrata logo arma em tirano, de chapéu alto e luvas, ou então, para cobrir a mercadoria, de tirano de fato e chapéu sebentos, mas sempre tirano. E para encurtar razões e ainda quando o Senhor D. Manuel não fosse o que realmente é: entre um rei das hervas que sem titulo me brutalisa e um rei cujo arbitrio entronca no Condestavel, *per Dia*, antes o ultimo.»

Sabem quem escreveu isto? Não sabem, decerto, aqueles que não usam lêr o *Dia*, jornal onde pontifica o ex-consul de Banana, mas nós lho diremos. Isto, esta prosa, estes pedaços que aí ficam dum artigo que lá veio inserto terça-feira como que a fazer *pendant* com o retrato duma personagem ultimamente algo discutida por ser esposa do fugitivo da Ericeira, é da série dos que pertencem ao sr. Cunha e Costa e ele assina na gazêta com o cinismo proprio do autentico camaleão, que diz e desdiz, faz e desfaz, afirma e nega sem querer saber do resto, ou seja daquilo que todo o homem deve á propria dignidade!

O sr. Cunha e Costa, despeitado, escreveu isso porque tambem o despeito o levou a declarar-se monarquico, colocando-se abertamente ao lado dos que combatem a Republica e por conveniencia pessoal desejam a restauração da monarquia. Uma coisa, porém, de tudo quanto escreve nós temos obrigação de destacar: é aquéla parte do artigo que diz —*A obediencia terá de ser a condição da monarquia nova.* A obediencia livremente consentida *é uma virtude excelsa— não me cançarei de o repetir—* é a mais nobre afirmação do livre arbitrio. *Traçando um ideal de salvação pública é preciso obedecer-lhe.* **E' preciso que na familia os filhos obedeçam aos paes;** *nas escolas os discipulos obedeçam aos mestres*, etc.

Querem os leitores saber porque Cunha e Costa fala assim? E querem tambem que lhes explique porque nos julgamos obrigados a pôr em relêvo éssas palavras que desde logo classificámos como afrontosas do sentimento humano?

E' simples. Cunha e Costa tinha um filho nésta cidade que, como ele, se dizia republicano. Achava-se filiado no partido democratico, fazia parte dum jornal democratico, era socio dum centro democratico, foi eleito procurador á Junta Geral como democratico e não sabemos que mais desempenhava nesse mesmo partido democratico. Pois Cunha e Costa fez-lhe esta intimativa, dizem: ou desligar-se da politica, abandonando tudo, e continuar a receber a mesada que um dia lhe estabelecera para seu sustento e da familia, ou então não contar mais com esse auxilio nem tão pouco com quaesquer relações de intimidade familiar visto como *a obediencia terá de ser a condição da monarquia nova* e é **preciso que na familia os filhos obedeçam aos paes!**...

Exigir mais dum cerebro em decomposição, como supomos o de Cunha e Costa, não se póde. O seu ultimo acto de despotismo define um caracter. E a atitude do filho, desligando-se da politica em Aveiro para ir fixar residencia em Coimbra, mostra-nos á evidencia toda a razão que assistia aos republicanos que não viam nele reunidas as condições de independencia necessarias para que a sério fossem tomadas as suas pretenciosas sentenças das ocasiões solénes...

Ha gente que se não existisse sería preciso inventa-la...

A principiar pelos novos vassalos do sr. D. Manuel...

FECUNDIDADE

Referem de Palermo aos jornaes de Roma, ter-se ali dado um caso de fecundidade pouco vulgar e tanto mais notavel quanto é cérto produzir-se sem complicações nem consequencias gráves.

Eis o relato do fenomeno: Rosa Salemi, modista, de quarenta anos, achando-se pejada de sete mezes, deu no dia 14, perto da noite, um menino á luz, sem auxilio de ninguem. Após o parto, sentindo-se muito encomodada, mandou chamar a parteira, com cujo auxilio deu á luz duas meninas. Verificou-se, porém, a existencia de mais crianças naquele fecundo ventre e Rosa Salemi foi conduzida por seu marido e pela parteira a uma clinica, onde nasceram outros dois meninos!

O marido da parturiente perdeu então a serenidade e acometeram-no convulsões furiosas, que exigiram intervenção medica. Todos os recemnascidos, diz a noticia, são viaveis e robustos e a mãe, embora assombrada por aquele inesperado rancho de filhos, que veem reunir-se a seis que já tinha, dois dos quaes gemeos, encontra-se perfeitamente.

E' muito, não ha duvida, para quem não tivésse nenhum quanto mais existindo já seis.

Do Porto

Em 20 de Maio

Quando a minha carta inserta no ultimo numero do *Democrata* era publicada e dizia sobre o caso Oliveira Coelho, ser a munificencia régia a ultima esperança para aquele nosso compatriota, assim sucedia de facto, sendo-lhe concedida pelo soberano inglez, Jorge V, a comutação da pena, o que o livrou de ser, entre as quatro paredes do pateo da prisão, estrangulado na forca, na manhã de 15 do corrente.

Conhecida aquí a consoladora noticia logo se preparou uma grande manifestação popular ao consulado inglez, onde uma comissão transmitiu ao ilustre representante de sua magestade britanica a profunda satisfação que invadia todo o país ao ter conhecimento não só do acto de humana generosidade do rei, concedendo a vida a Oliveira Coelho, como ainda quanto esse acto significava de deferencia e estima por Portugal, que numa suplica unisona de piedade pelo seu infeliz compatriota apelára, cheio de fé, para o coração de Jorge V. Na rua a multidão erguia estrepitosos vivas acompanhados de repetidas salvas de palmas que bem traduziam a intima satisfação que alegrava todos aqueles espiritos, numa perfeita comunhão de sentimentos e de espontaneidade do povo do Porto.

Sem duvida, Portugal não póde esquecer a fórma como até á pessoa do rei foi levada e atendida a petição que traduzia o seu sentir no decidido empenho de salvar Oliveira Coelho, assim como não podemos, nós, republicanos, esquecer a misera *chantage*, o canalha e indigno procedimento desse resto de bandidos que num resto tambem de imprensa pôdre e fedorenta reedita vis procéssos do tempo dos *adeantamentos* aproveitando as situações mais gráves e mais sérias para *trucs* réles, que nem servindo para efeitos, ainda que simplesmente ilusorios para qualquer patéta que os possa acreditar, só dão a nota da repugnante vileza dos que deles se servem para determinados fins.

Refiro-me ao que á róda da comutação da pena de Oliveira Coelho se disse e escreveu num ou em dois papeis que de tudo se aproveitam de fórma a garantir o numero de centavos precisos para que os seus inspiradores mantenham a mangedoura á mesma altura em que a monarquia, até 5 de Outubro de 1910, a tinha posto.

O miseravel redator do *Dia*, publicou telegramas nos quaes afirmava que a salvação de Oliveira Coelho era devida exclusivamente á intervenção, junto do rei Jorge V, de D. Manuel e do seu futuro padrasto, natural de S. João da Pesqueira, o famigerado marquez de Soveral!

Até aqui chegou o indecentissimo jornalista, apezar do texto da nota que abaixo reproduzo e que o ministro de Inglaterra, em Lisboa, oportunamente enviou ao nosso ministro dos estrangeiros:

Lisboa, 15 de Maio de 1914.

Senhor ministro—Em vista do grande interesse tomado pelo govêrno português e pelo povo português na sorte do cidadão Oliveira Coelho, recentemente condenado á morte em Liverpool, pelo assassinio de sua mulher, a bordo do paquete inglez *Desecado* é com grande prazer que tenho a honra de informar a V. Ex.ª que recebi uma comunicação do principal secretario de Estado dos negocios estrangeiros de sua magestade, referindo que a sentença de morte proferida contra Coelho foi comutada na de servidão penal perpetua.

(a) *Lancelot D. Carnegie.*

O texto deste documento, co-

mo se vê, é mais que suficiente para pôr a descoberto a verdade da misera campanha a favor dessa inutil creatura a quem o *Dia* imbecilmente teima em atribuir a salvação de Oliveira Coelho.

O mesmo procésso foi, pelo referido jornal, seguido na pugente e tristissima tragedia da Covilhã, onde o major de infanteria, Eduardo Miguel Correia, caíu morto á facada por um miseravel que, pedindo uma esmola á sua vitima, a assassinava quando lhe eram entregues 10 centavos, como satisfação do seu pedido.

O cobarde assassino é um soldado reservista, alimentando no seu espirito doentio o odio contra tudo qae fosse militar, e embora declarasse no acto da captura ter morto o major Correia como mataria outro qualquer oficial, o que já tinha anteriormente tentado, por odio ao exercito, os mesmos pasquins, aproveitando indecorosa e miseravelmente o tristissimo caso, apresentam-no como consequencia do odio e vindicta de republicanos contra monarquicos, visto que ao major Correia, não tendo politica militante, o julgavam afecto ao regimen monarquico.

Não contentes com isso, os emeritos Moreiras de Almeida publicaram ainda uma lista com nomes de vários individuos retintamente monarquicos, a qual era encimada com o do malogrado major Correia, lista que, afirmaram, era a relação de todos quantos a *demagogia infrene* pretendia imolar nos altares do seu infame sectarismo!

Chamado porém, o caluniador á policia, ali, cobarde e repugnantemente, declarou não poder apresentar o original dessa lista que era anonima e inutilisára apenas fôra composta!

Mas pergunta-se:

Porque não pedem os tribunaes a esse miseravel a devida responsabilidade, obrigando-o a provar a sua afirmativa?

Então para que serve a lei de imprensa?

Se ámanhã o povo voltasse á redacção desse pasquim imundo, devastando e distruindo tudo, haveria direito a censurar esse acto de verdadeira justiça popular, deante da cobarde transigencia e revoltante contemporisação havidas com semelhante gasêta?

O que fazem os delegados da Republica junto dos tribunaes de Lisboa, ou onde quer que seja précisa a sua intervenção, que não manteem o prestigio da verdade que se deve aos factos e o respeito inerente ao regimen?

E se por algumas outras razões, o povo, o grande e supremo juiz, julgar o caso pelas disposições do seu inalteravel e terrivel codigo, que motivos haverá a aduzir déssa sentença?

Se alguem pensa que a cordealidade entre a familia portuguêsa, no dizer dos apaixonados de tal sistema, deve assim ser feita, dia a dia, até a prova concludente e final, verá que se engana absoluta e redondamente!

Desculpar a policia nos seus atropelos brutaes á porta do Teatro Nacional para proteger os *talassas*—tudo pela *cordealidade*; liquidar com uma simples e inaceitavel explicação o assaque de refinadas calunias contra os republicanos para não hostilisar a impenitente e irredutivel talassaria—como pede ainda a *cordealidade*—não póde ser, nem deve ser!

E não póde ser porque não *arrancha* a éssa fita o Zé com o seu varapâu, que é, como sempre se tem visto, o grande e indiscutivel argumento final, nas grandes pendencias...

—O nosso prior da Vitoria, que até, como disse, o tinham dado por morto, está *vivinho da costa* com muito boas tenções, porém, de se não envolver noutro congresso nem tomar parte noutra excursão catolica.

Ainda que o Pimenta o pretenda dissuadir de tal...

—O sr. D. Manuel de Bragança, que desde a sua *corajosa* fuga mantinha várias pensões a conspiradores civis e militares, de pouco a pouco as foi eliminando de fórma que á data da ultima intentona—21 de outubro—só mantinha 10, concedidas a uns determinados ex-oficiaes comprometidos e emigrados pela *santa* causa da monarquia.

Apezar, porém, do limitado numero e diminuta importancia de cada uma—45 escudos—o grande foragido—que espera confiadamente o momento de voltar a ocupar o trono de Portugal—acaba de suprimil-as a todas e cada um que se governe...

Senhor de alguns milhares de contos, não teria D. Manuel o dever moral de continuar sustentando, embora parcamente, os que por ele—em tão resumido numero—se sacrificaram e tudo perderam?

Certamente; mas o homemsinho é... Bragança com a agravante de herdar os sentimentos avaros da excelsa senhora sua mãe, a bem conhecida filha do conde de Paris e educanda dilecta do *Sacré Coeur!*...

—Da importancia do congresso do partido republicano terá, por certo, *O Democrata* informações directas e minuciosas.

De alguns assistentes com quem tenho trocado impressões, ouço as mais entusiasticas referencias, asseverando-me todos que éssa jornada foi uma evidente demonstração de força e disciplina politica que na altura em que têve logar deverá ter profunda influencia no proximo acto eleitoral.

Apezar da presença numerosa de todas as forças democraticas naquéla importantissima assembleia, não passou despercebida a ausencia de França Borges, a quem um pertinaz encomodo de saude impediu a sua presença.

A assembleia para ele têve a viva demonstração do seu pezar e estima. França Borges é uma das figuras mais dignas do respeito e admiração dos seus correligionarios e de todos os homens de bem, independente de paixão politica.

Primeiro que tudo, além de patriota sincéro, ele é o apaixonado e dedicadissimo servidor do seu partido de quem, todavia, não quiz nem aceitou premio algum, desistindo até do seu subsidio como deputado.

A França Borges toda a minha simpatía mais sincéra com os ardentes votos pelo seu restabelecimento.

E... até á semana, caso por cá me demore ainda alguns dias.

Elmano

NOMEAÇÃO

Foi recentemente despachado para o logar de 1.º oficial do govêrno civil deste distrito, na vaga do dr. Melo Freitas, hoje secretario geral da mesma repartição, o sr. dr. João Sucena, distinto advogado, natural de Agueda.

As apreciaveis qualidades de trabalho aliadas á competencia que distingue o novo empregado da Republica são, decérto, segurá garantia para o bom desempenho do cargo que o nosso amigo é chamado a exercer e oxalá o faça por largos anos consoante os seus desejos.

Antecipando as boas vindas ao dr. João Sucena daqui o felicitâmos tambem pela sua nomeação.

NO CONGRESSO

O relatorio politico do Directorio do Partido Republicano Português

Senhores Congressistas
e Presados Correligionários:

Em cumprimento do n.º 10.º do artigo 36.º da Lei Orgânica, tem o Directório a subida honra de apresentar-vos o relatório político do ano findo, que forneceu mais uma página gloriosa á história do Partido Republicano Português.

Áspera foi a luta travada, é certo; mas, como sintese do esfôrço decidido de tantos, temos a consolação de verificar que esta poderosa e invencível organisação democrática conquistou mais beneficios, mais honra e maior grandeza para a Pátria querida!

As nossas fôrças parlamentares e o nosso Govêrno perante o bloco das direitas

Sabeis bem as condições em que se organisou o inmistério Afonso Costa, até porque isso vos foi referido no relatorio dos nossos ilustres antecessores. Malograda a tentativa dum ministério evolucionista—não por influencia nossa—o Govêrno formou-se com o apoio parlamentar dos nossos, que eram a minoria, dos uniosistas e dos independentes.

Até encerrar-se o Congresso Nacional, em 30 de Junho, nenhuma arguição de monta fizéram ao Govêrno os que parlamentarmente o acompanhavam; é até notavel que, havendo-se levantado, na Câmara dos Deputados, um incidente de politica local por parte dum unionista cotado, o nosso amigo dr. Afonso Costa declarou ao chefe da *União* que nenhuma duvida tinhamos em o apoiar, caso caissemos e ele se encarregasse de formar gabinete. Passou-se este facto pouco antes de se encerrarem os trabalhos parlamentares, naquele dia em que o mesmo chefe apresentou a moção reiterando a confiança ao Govêrno.

Encerrou-se o Congresso. Viéram os sucessos de 10 de Junho e de 20 de Julho, em que a intervenção do Govêrno se orientou da mesma maneira energica e patriotica que depois adoptou em 21 de Outubro. A mesma firmeza em defender a Republica e os mesmos processos na consecução desse fim, que se impõe a quantos tenham de governar o país.

Não obstante, o chefe unionista, que não hostilisara o Govêrno em 20 de Julho e ainda se mantivera em atitude pacifica algum tempo depois, já o guerreava a proposito das medidas tomadas por motivo da rebelião de 21 de Outubro.

Daí em diante, até cair o ministério Afonso Costa, os unionistas tornaram-se irredutiveis inimigos do Govêrno, como é notorio, ligando-se com evolucionistas e alguns independentes em todas as campanhas contra o nosso Partido.

¿Quais seriam os motivos da atitude do chefe da *União*, que foi o principal responsavel de quanto ocorreu desde a abertura do Congresso, em 2 de Dezembro de 1913, até cair o ministério Afonso Costa, em 9 de Fevereiro ultimo?

Nunca esse chefe explicou até hoje satisfatoriamente o seu procedimento, e impossivel seria fazе-lo, porque o Govêrno seguiu sempre as mesmas normas com o seu apoio ou sem ele. A Historia julgará a todos, mas convem fornecer-lhe dados donde se deduza, quanto possivel, a verdade.

O facto é que, tendo o grupo unionista afirmado que proporia candidatos a Deputados, nas eleições parciais de 16 de Novembro, em todos os circulos, e havendo nós resolvido o mesmo, esse grupo não cumpriu a sua promessa. E, com a falta de cumprimento déla, surgiram os primeiros ataques do chefe unionista ao Govêrno.

Inteiramente fieis aos nossos principios e até porque á orientação futura da marcha governativa convinha uma luta eleitoral que désse bem a medida das forças de cada agremiação politica, nós aconselhámos que, tanto nas eleições de deputados como nas administrativas, as nossas forças marchassem sós. Agora, como então, estamos convencidos de haver apontado aos nossos correligionários o unico caminho digno, o unico meio de, no lance, bem servir a Republica. Aconselhámos essa conduta e éla foi seguida, dando-nos a luta uma vitoria estrondosa. E tanto mais significativo foi esse ruidoso exito quanto nunca ninguem provou, nem é possivel provar-se, que as eleições feitas sob a nossa direcção estejam maculadas de vicios ou que o nosso triunfo se devesse a qualquer pressão governativa.

Somos nós e sois vós, prestantes correligionários, somos nós todos que desafiamos quem quer que seja a que demonstre o contrário.

* * *

O certo é que o unionismo, dada a nossa honrada atitude, que não era um sinal de hostilidade mas uma consequencia logica dos sucessos subsequentes ao Congresso da Rua da Palma, arripiou caminho. Não propôz candidatos em todos os circulos.

O resultado das eleições demonstrou eloquentemente que esse grupo só podia conquistar mais cadeiras de deputados, se os nossos votos fôssem em auxilio dos reduzidos sufrágios.

Tal se não daria nunca com o assentimento deste Directorio; tal não consentireis vós, crêmo-lo bem.

Está dito o suficiente para se compreender a atitude dos unionistas. Declarada a guerra destes ao Govêrno e conquistada por eles a adesão de alguns independentes, obvia era a junção de tais elementos com evolucionistas; assim surgiu mais uma vez no Parlamento o *bloco* das direitas contra o Partido Republicano Português.

* * *

Dos antigos parlamentares independentes, cinco viéram engrossar as nossas fileiras. É-nos muito grato consignar neste lugar os seus nomes e dirigir-lhes efusivas congratulações em que, certamente, nos acompanhais todos. São os ilustres correligionários Antonio Maria da Silva, dr. Nunes Godinho, dr. João Luís Ricardo, Albino Pimenta de Aguiar e Antonio José Lourinho, os quais se filiaram no nosso Partido justamente no momento em que era mais acesa a luta contra ele.

* * *

Não terá aqui uma unica palava der comentario a campanha de odios e injustiças que contra nós consentiu a maioria do Senado; mas não podemos fazer o mesmo no tocante ao acto inqualificavel praticado contra o nosso correligionário ilustre dr. José de Andrade Sequeira, que havia feito um modelar govêrno na Guiné, e que, como prémio dos seus serviços, foi rejeitado pela referida maioria.

Com este facto se relaciona a atitude dessa maioria e de todo o *bloco*, quanto á interpretação dum artigo da Constituição. Havia o Congresso da Republica resolvido em 1912 e 1913 que era da sua competencia interpretar a Constituição; havia o Senado consentido sem protesto na nomeação de governadores interinos para as colonias; o nosso Ministro das Colonias havia feito uma nomeação néssas condições, a do dr. Andrade Sequeira.

A maioria do Senado revolta-se; o Govêrno propõe a resolução do caso no Congresso. Nada mais justo nem mais coerente com o que se havia praticado anteriormente.

O que fez o *bloco* é bem conhecido: acusou os nossos parlamentares de quererem violar a Constituição e praticou tumultos que ficaram célebres.

Contra eles vão os nossos protestos, arredando nós daí qualquer responsabilidade.

A esses tumultos desordenados correspondeu a serenidade inexcedivel dos nossos parlamentares, que são por isso credores do nosso maior reconhecimento e respeito.

* * *

Mais gràve foi ainda a atitude do *bloco* traduzida num acto da maioria do Senado que revelou ao país uma tendencia perigosa, manifestamente reaccionária e inconstitucional: *a do engrandecimento do poder presidencial.*

Foi quando a maioria do Senado se dirigiu ao Presidente da Republica para se queixar do Govêrno.

Contra essa manifestação, que estamos certos não ficará como precedente, lavramos aqui um protesto soléne em que certamente nos acompanha o Partido Republicano Português, sem discrepancia dum só dos seus membros.

Da tendencia para o engrandecimento do poder presidencial cabe inteira responsabilidade ao *bloco.* Fique ele com os direitos de invenção dum tal processo politico.

* * *

Perante essa atitude do *bloco*, duma hostilidade sistematica e injusta contra o Govêrno do nosso Partido, os nossos parlamentares souberam manter uma coesão admiravel de que é prova a votação na célebre sessão do Congresso de 26 de Janeiro ultimo; unidos numa manifestação imponente de defêsa da Republica, das suas leis e dos actos patrioticos do Governo, esses 113 cidadãos (mais cinco do que os necessarios para formar o *quorum)*, bem merecem que aqui rememoremos os seus serviços com desvanecido reconhecimento. Com eles e com o Govêrno esteve o Directorio e com orgulho o acentua neste lugar.

O procedimento de nós todos não obedeceu, de resto, a outra orientação que não fosse a de desejar, para bem da Patria e da Republica, que se continuasse a obra dum Govêrno honesto que não havia ainda completado a execução do seu programa.

¿Será preciso lembrar-vos essa obra? Se o fosse, recordariamos aqui a conferencia que no Porto realisou Afonso Costa em 9 de Novembro de 1913, a qual foi traduzida em francês e mostrou assim ao mundo a nossa honradez, as nossas contas acertadas, a nossa decidida vontade de nos valorisarmos, instituindo uma proficua defêsa nacional e patenteando deste modo que queremos ser, dentro em pouco, uma unidade apreciavel no numero das nações cultas. Essa conferencia que causou naquela prestigiooa Cidade do trabalho uma funda impressão em todas as classes, termína assim:

«Os 70:000 contos de que necessita a nação para a defêsa nacional ficarão em grande parte na economia publica; confortarão muitos sofrimentos, darão pão, consolo e alegria a muita gente.

Esse dinheiro será abençoado duas vezes: pelo bem que fará espalhando-se e correndo, e pelo ardor que hade comunicar á alma da nossa raça.

O ano de 1913 foi consagrado pelos Poderes do Estado a pôr a casa em ordem. O de 1914 será aproveitado em votar os créditos e as receitas necessarias para que a casa seja habitada por um *povo vivo*, um povo digno, interna e externamente, da Republica que proclamámos.»

Só isto, sabendo-se como o Govêrno Afonso Costa cumpriu honradamente as suas promessas, seria bastante para o acompanharmos e o defendermos, trabalhando quanto possivel para que ainda agora ocupasse as cadeiras do Poder.

Mas nós contávamos com mais. Contávamos em 1914 com medidas que facilitassem a vida aos menos favorecidos da fortuna, barateando-se as subsistencias e aplicando-se leis sociaes ás diversas fórmas da actividade economica, de modo a defender e valorisar o trabalho. Com tudo isto contávamos, porque sabiamos que, constando esses principios da declaração ministerial de 10 de Janeiro de 1913, eles seriam estritamente cumpridos, como o acentuou Afonso Costa no seu discurso de 1 de Dezembro de 1913, no Teatro da Republica, em Lisboa.

O *Relatorio do Govêrno* apresentado ás Câmaras Legislativas em 2 de Dezembro de 1913 é um precioso repositorio onde se condeusa toda a obra do govêrno Afonso Costa, durante os 10 mezes anteriores.

Lendo-o, todos se poderão convencer do muito que ele fez; nós outros, os correligionários, vêmos além disso nesse livro as promessas do que sería a gerencia desse gabinete, sempre fiel aos seus compromissos, se lhe tivésse sido dado continuar a dirigir os negocios publicos.

* * *

O que aí fica exposto justifica plenamente, em nosso entender, o apoio idcondicional do Directorio ao govêrno Afonso Costa; esse apoio decidido esperamos nós vê-lo sancionado por vós neste Congresso.

Vida interna do partido

a) *Cadastro das nossas forças partidarias.*—Não foi possivel até agora dar á publicidade todo o elenco das nossas forças; é uma tarefa que julgamos poderá levar-se a termo no proximo ano.

Em todo o caso podemos consignar aqui, e com intenso jubilo o fazemos, que o Partido Republicano Português se tem desenvolvido duma maneira notavel em todo o país, como tivémos ocasião de verificar nos ultimos trabalhos eleitorais e ainda agora na preparação deste Congresso que é o mais concorrido de quantos temos realisado.

Tem-se organisado novas comissões, novos centros, novos nucleos de defêsa da Republica; tem-se criádo escolas junto de centros; tem-se, emfim, fundado novos jornaes, até nos agregados menos importantes da provincia.

Todos esses novos instrumentos de propaganda da nossa causa tem sido reconhecidos segundo os principios consignados na Lei Orgânica.

Para as colectividades do Partido que sustentam escolas vão as nossas mais quentes aclamações, o nosso reconhecimento sentido e os nossos anelos por que nélas se preparem dignos cidadãos republicanos.

A todos os campeões da imprensa, que defendem a obra do Partido Republicano Português, envia o Directorio tambem as suas melhores saudações.

. . . .

Alterações á actual divisão administrativa

Merece-nos uma referencia especial este assunto, porque ao Directorio chegaram várias reclamações contraditórias de prestantes correligionarios, cujos interesses por igual nós respeitamos. O Directorio encontrou-se, perante estes litigios, sem informações completas, em geral; por isso tomou a resolução de não apoiar qualquer alteração na divisão administrativa sem proceder a rigoroso inquérito sobre cada caso particular.

Esta atitude está plenamente justificada, até porque se não devem, sem gràve desprestigio da nossa maioria parlamentar, tratar agora esses assuntos em detrimento dos problemas essenciais que o Congresso Nacional tem de resolver antes de encerrar-se.

As reclmações na posse do Directorio, entendemos nós que devem ser estudadas devidamente no interregno parlamentar, e nesse sentido fazemos ao Congresso a nossa proposta, que desejariamos vêr aprovada.

Os nossos Congressos desde a proclamação da Republica

Registâmos com satisfação que as nossas reuniões anuais vão sendo cada vez mais concorridas. Para o Congresso de 1911 inscreveram-se 523 cidadãos; no de 1912 elevou-se o numero a 811 e em 1913 subia para 1115.

Para o actual Congresso podemos asseverar que não se inscreverão menos de 1400 correligionarios.

Os principaes trabalhos dos Congressos anteriores concretizam-se do seguinte modo:

Em 1911, estudada a nossa situação politica após a proclamação da Republica, e havendo o grupo Parlamentar Democratico declarado que se mantinha integrado no velho partido, *resolveu-se inteligente e patrioticamente conservar com a mesma organisação o glorioso Partido Republicano Português.*

Em 1912 reviram-se a Lei Orgânica e o Programa do Partido.

Em 1913 criou-se o Conselho Arbitral e votaram-se algumas outras modificações á Lei Orgânica. Dando inicio ao estudo de problemas economicos, discutiu tambem o Congresso de Aveiro a questão do jogo de azar e votou, numa memoravel sessão e quasi unanimemente, contra a sua regulamentação.

Agora que já tivémos a responsabilidade do Poder, entende o Directorio ser indispensavel que os nossos Congressos se pronunciem sobre os mais importantes problemas da administração publica, de modo a fortalecerem com os seus votos os nossos legisladores e governantes. Estas questões devem sobrelevar a todas nas nossas sessões.

Em obediencia a esta orientação ser-vos-hão presentes trabalhos de alguns nossos ilustres confrades sobre instrução publica, defêsa nacional, direito constitucional, remodelação do imposto, legislação eleitoral, organisação judiciaria e regime prisional, problema o barateamento das subsistencias, da habitação e do vestuario, descentralização administrativa, etc.

Para todos esses cuidadosos estudos pedimos a vossa esclarecida atenção, esperando que sobre eles vos pronuncieis da maneira mais sábia e justa.

. . . .

Saudações

Não queremos concluir sem enviar deste lugar as nossas saudações a todos os correligionarios que aqui não pudéram comparecer e que em espirito nos acompanham, seguramente, nesta grandiosa parada das nossas forças que constituem o melhor esteio da Republica.

A's agremiações partidarias de todo o país endereçamos tambem, comovidamente, os nossos cumprimentos, fazendo votos por que se sintam cada vez mais animadas para a defêsa e sustentáculo da Democracia.

* * *

Não podemos deixar de merecer-nos —e a vós a merecerão tambem—uma referencia especial os nossos correligionarios de Lisboa e Porto. As demonstrações que fizéram ultimamente, os de Lisboa na festa do Coliseu dos Recreios, e os do Porto por ocasião do aniversario da Lei da Separação, dão a medida do prestigio e da força do nosso Partido. Glorifiquemos, pois, as duas cidades, como baluartes inexpugnaveis da nossa politica, e, fazendo-o, acentuemos que as suas ultimas manifestações são a melhor prova da eficacia do nosso esforço no ano findo.

* * *

Senhores Congressistas e Prestantes Correligionarios: Para vós vão as nossas ultimas palavras. São de muito reconhecimento por virdes a esta linda terra—que tambem saudamos—dar ao Partido Republicano Português, tão caluniado por impotentes inimigos, o calor do vosso entusiasmo, o vigor da vossa fé republicana e esforço inteligente e fecundo do vosso honrado labor.

Olhos postos na Republica, que desejâmos honrada, forte e progressiva, vamos por ela trabalhar neste templo em que só a Ela consagramos. Façâmo-lo com ardor, com vontade e com decisão; façâmo-lo tambem com método e ordem.

Nós vos enviamos os melhores votos de Saude e Fraternidade.

Feito em Lisboa aos 15 de Maio de 1914.

Pelo Directorio do Partido Republicano Português,

Sousa Junior
(relator)

Manifesto

—=(*)=—

Temos presente uma extensa exposição lançada a publico pelas extintas comissões politicas do Partido Republicano de Braga sobre os motivos que as levou a depôr os seus mandatos e que foram, sem tirar nem pôr, os mesmos que em muitas partes tem afastado da vida activa republicanos de convicções e fé arreigada aos principios por eles defendidos em todas as conjunturas. Quer dizer: as comissões politicas de Braga provam, com documentos, que á sua acção patriotica e moralisadora correspondeu uma guerra acintosa, inexoravel e sem tréguas de elementos que só pensam elevar-se á custa de vergonhosas indignidades visto como doutra maneira julgam infrutiferos os esforços empregados para a realição das suas pretenções, quasi sempre em briga com o respeito devido ao regimen democratico que a Republica simbolisa.

Já aqui mostrámos aos nossos amigos de Braga o pezar que nos causa o desmantelamento dum partido com condições para ser forte, mas que dia a dia se vai enfraquecendo cada vez mais nalgumas localidades por não haver quem dele sacuda a escumalha e energicamente se oponha e repila semelhantes correligionarios que tanto o comprometem. Resta-nos por ultimo e agora, que estâmos devidamente elucidados da questão, saudar, pela sua hombridade, os nossos velhos companheiros de luta, que, apezar de tudo, saberão, na ocasião propria, defender a Patria e a Republica.

Por falta de espaço ficam-nos por publicar alguns originaes do que pedimos desculpa aos seus autores. Entre eles uma correspondencia de Oliveira de Azemeis, que irá no proximo nu mero.

Notas mundanas

Ainda se acha em Lisboa o governador civil deste distrito, sr. dr. Augusto Gil.

= *Fez ontem anos a menina Maria da Apresentação, interessante filha do sr. Maximo Henriques de Oliveira.*

= *Chegou á sua residencia da Avenida Candido dos Reis, o reverendo João Evangelista de Lima Vidal, bispo de Angola e Congo.*

= *Completou o seu primeiro aniversario no dia 14 a filhinha do ilhavense, sr. Antonio da Rocha Agra, de nome Maria Dolores Mendes Agra.*

= *Retirou para Alemquer, depois de ter passado alguns dias em Taboeira, sua terra natal, o sr. José Marques Ferreira, honrado industrial.*

= *No dia 19 atingiu o seu oitavo aniversario a filhinha do nosso amigo sr. Ventura Simões Aidos, Maria dos Anjos.*

= *De regresso de Hespanha, onde em Madrid, Bilbau e Santander visitou as escolas de comercio, exclusiva causa da sua excursão, chegou no passado domingo, demorando-se aqui algumas horas, o nosso distinto colaborador Humberto Beça, que seguiu para o Porto afim de ocupar a suprema direcção da sua Escola Secundaria de Comercio.*

Que tenha colhido os melhores resultados da sua aproveitavel excursão, é quanto lhe apetecemos.

= *Esteve em Aveiro o sr. Antonio da Cunha e Silva, acreditado negociante em Valega.*

= *Tambem aqui se encontra com demora de alguns dias, o sr. Artur Sergio, delegado da Sociedade Mercantil Portuense L.ª*

PELA IMPRENSA

Passou o aniversario do nosso colêga *Jornal de Albergaria*, que, apezar de militar em campo oposto ao nosso, tem, contudo, mantido desde o seu aparecimento, ha quatro anos, a melhor camaradagem com o *Democrata*.

Cordealmente o felicitâmos.

= A *Vida Nova*, nosso distinto confrade de Viana do Castelo, dirigido pelo sr. Antonio Pimenta Barbosa, acaba de entrar tambem em novo ano de publicação, pelo que, referindo-se a esse facto, diz:

. . . .

«São seis anos de trabalho arduo, são seis anos de sacrificios, de ingratidões. E são estas as que mais magôam e as que nos levam hoje a manifestar publicamente o veemente desejo de vêr no nosso logar, neste momento, aqueles que teem situações preponderantes na Republica, vivendo lindamente, despreocupadamente, sem quererem saber para nada de quem, muitas vezes contra os impulsos da sua propria consciencia, tem de defender erros grâves, escurecer abusos inconcebiveis, desculpar faltas imperdoaveis.

Mas tudo temos suportado, a tudo temos resistido—e desta luta constante, deste labutar sem desfalecimentos, alguma cousa conseguimos: foi o conhecer bem de perto o intimo de cidadãos que tinhâmos por amigos dedicados...

Sômos republicanos e patriotas, mas não por conveniencia; e, por o que sabemos e por o que temos visto, são muito poucos os que não andam nisto com intuitos reservados, procurando tão sómente *governar a vidinha*.

E' por isso que, de dia para dia, mais se radica no nosso espirito a ideia de nos afastarmos mais e mais dos partidos politicos da Republica, onde, salvo rarissimas excepções, só energumenos teem cabida, só mediocridades encontram protecção amiga... e rendosa.»

. . . .

Vê-se por estas linhas que tal como cá prevalecem em Viana os mesmos defeitos politicos contra que nos temos revoltado e á *Vida Nova* arrancam os periodos que aí deixâmos transcritos.

E exatamente porque não é licito a nenhum republicano, por maiores que sejam os seus desgostos, deixar o campo livre aos intrusos, á cambada de energumenos feitá suas interesseiras conveniencias, aqui queremos significar a Pimenta Barbosa toda a nossa simpatia e solidariedade pela maneira como tem orientado a *Vida Nova* tornando-a um orgão apreciavel da imprensa republicana na linda cidade onde se publíca.

INSTITUTO BRANCO RODRIGUES

—=(*)=—

A Câmara Municipal de Aveiro solicitou a admissão no Instituto de Cégos de Lisboa, de um ceguinho de 6 anos de edade, filho de Antonio Pereira, distribuidor do correio, já falecido e de Genoveva da Apresentação Pereira.

Este ceguinho, que chegou na segunda-feira a Lisboa, depois de ser observado no Instituto de Oftalmologia do dr. Gama Pinto, onde foi reconhecido como incuravel, deu já entrada na séde da instituição, no Estoril.

Este estabelecimento visitaram-no ultimamente os srs. Antonio Benjamim Lima e Ernesto de Lina Amaro, que deixou assim consignada a sua opinião no livro dos visitantes: *Não sei que mais admirar: se a caridade e amor com que são tratados os ceguinhos, se os prodigios alcançados com o método de ensino.*

Para auxiliar a obra do *Instituto Branco Rodrigues*, inscreveram-se mais como seus protectores os srs. dr. Joaquim Paes da Cunha, José Pereira da Mota, Antonio Benjamim Lima, Eugenio Antunes Ramos, Luiz Pinto Barbosa Martins, Cunha & Ramos, Henrique Guisado, dr. José Falcão Ribeiro, Joaquim Porfirio, Francisco Gomes, tenente-coronel de Infanteria, Francisco Osorio de Aragão, Eduardo dos Santos Guerra, Antonio Corrêa dos Santos, Silverio Amado P. de Freitas, Abilio Marçal, Carlos de Mesquita, Herminio Elias da Costa, Antonio da Piedade Marques, Alberto Nogueira Lobo, Ernesto Lima Amaro, Joaquim M. Bispo e as sr.as D. Claudina Guimarães, D. Ester de Azevedo Paes, D. Rita Fernandes e D. Helia Quintas.

Bem merece.

Novidade literaria

Publicou-se agora o XVI volume da *Biblioteca de Educação Nacional* intitulado **Jezus de Nazareth** (a minha vida).

Muitas centenas de obras se teem escrito ácêrca de Jezus Cristo, mas nenhuma, por cérto, têm mais originalidade do que esta. O grande observador M. Deshumbert, investigando os *Evangelhos*, conseguiu escrever a vida de Jezus de Nazareth sob o aspecto de uma auto-biografia. E baseado em passagens várias, explica todas as acções atribuidas ao célebre rabi da Galilêa pela fórma mais logica, afastando tudo o que até aqui tem andado envolvido no sobrenatural.

Para completar o volume, foi traduzida outra obra interessantissima do mesmo auctor: *A moral da Natureza*, estudo curioso da evolução das forças naturaes e do desenvolvimento da vida nas suas relações com a moral.

Assim, pois, o decimo sexto volume da *Biblioteca de Educação Moderna* constitue uma leitura deliciosa, agradavel, e ao alcance de todas as inteligencias, sendo ao mesmo tempo eminentemente instructiva e curiosa.

O preço de cada volume é, em todas as livrarias onde se encontra á venda, de $20 brochado e 30 cartonado acrescendo só o porte do correio para o estrangeiro.

Muito agradecidos ao sr. Abel de Almeida pelo exemplar enviado a esta redacção.

O DEMOCRATA

Vende-se em Aveiro no kiosque de *Valeriano*, Praça Luís Cipriano.

CONCURSO DE TIRO

—=(*)=—

Neste momento em que todas as forças vivas e todas as energias procuram expandir-se para conseguir o engrandecimento e prosperidade da Nação, avulta entre os muitos problemas de que os homens publicos e a iniciativa particular teem de resolver o da *Defêsa Nacional*.

Trava-se por esse mundo fóra, uma verdadeira e intensa luta pela vida nos seus mais variados aspectos, e as nacionalidades não hexitam em pôr ao serviço da sua expansão territorial e do seu engrandecimento financeiro o economico a força das suas armas.

Ao brado de Paz soltado pelos optimistas bem intencionados, responde invariavelmente o labôr constante dos arsenaes e, por vezes, a voz terrivel dos canhões.

Povo que se não defenda é, segundo as modernas teorias da politica internacional, povo que não tem razão de existir independente e livre.

E' tempo, pois, de pensarmos a sério em garantir por todos os meios a defêsa da nossa independencia e a integridade do solo sagrado da Patria.

Ora, nenhum outro meio mais prático se nos oferece desde já, do que o de fazer intensa propaganda da prática do tiro de guerra, que habilita todos os cidadãos a saberem servir-se de uma espingarda moderna.

Com essa orientação trabalham os poderes superiores organisando certamens de Tiro Nacional, onde se encontra já um forte estimulo para todos os cidadãos.

Naquele que de 1 a 15 de Outubro proximo se deverá realisar na Carreira de Pedrouços e que é o XVI, como o indica o programa que nos dirigiu o capitão de infanteria, sr. Possidonio Ducla Soares, poderão os concorrentes ter em atenção desde já as seguintes notas que nos pedem para salientar:

1.º Além de muitos e valiosos prémios em dinheiro e objectos de arte serão conferidas medalhas de ouro e prata, para as quaes se está fazendo uma cunhagem especial.

2.º Para todos aqueles que são consignados á categoría V *general Gomes Freire* o concurso é inteiramente gratuito.

3.º Todo o militar, qualquer que seja o seu posto ou graduação, quer esteja em serviço activo, licenceado ou na 1.ª reserva, deve concorrer ás categorías IV e V, que são gratuitas.

4.º O Estado fornece gratuitamente a todo o cidadão 150 cartuchos para se instruir no tiro com arma de guerra (*Regulamento de tiro Nacional de 1902*).

5.º Por determinação ministerial a Carreira de Tiro de Pedrouços é publica (tanto a militares como a civis) todos os dias fóra das horas destinadas á instrucção das tropas, afim de poderem instruir-se. Quem quizer portanto exercitar-se no tiro ou preparar-se para o concurso, póde faze-lo em regra das 7 ás 12, ou á hora marcada no edital de serviço afixado na Carreira.

6.º O oficial de dia á Carreira, que nela permanece durante as horas de serviço marcadas no Edital, dará aos atiradores todos os esclarecimentos necessarios.

* * *

Tratando dum assunto de tanto interesse como é a instrução de tiro ao alvo cumpre-nos informar os leitores de que o sr. ministro da guerra ordenou ao director da carreira da Gafanha, capitão Ferreira Viegas, que procedesse ao estudo da remodelação da mesma ou á escolha de novo local para a construção doutra caso aquela não satisfaça ás condições balisticas e ás necessidades que é preciso atender.

Em vista do exposto, tanto o director da carreira como o seu adjunto, sr. tenente Gaspar Ferreira, encetaram já trabalhos no sentido de ser construida em terreno de Esgueira, e o mais proximo possivel dos quarteis da guarnição desta cidade, outra que satisfaça as condições exigidas.

E' de grandes vantagens.

Necrología

Está de luto pelo falecimento de sua veneranda mãe o sr. Henrique Rato, empregado superior da fabrica de moagens Cristo, Rocha, Miranda & C.ª.

O triste desenlace deu-se no domingo de madrugada consternando, além de toda a familia da extinta, muitos de quem ela era sua generosa bemfeitora, principalmente no bairro em que residia.

✠

Tambem na edade avançada de 80 anos deixou de existir em Agueda, a sr.ª D. Maria de Souza Carneiro, mãe estremosa do nosso bom amigo, sr. Manuel de Souza Carneiro, um dos mais importantes proprietarios daquela vila.

Ao seu funeral assistiram muitas pessoas das relações da familia Souza Carneiro, constituindo o prestito funebre uma sentida homenagem á memoria da respeitavel senhora.

✠

Vitimada pela tuberculose egualmente baixou á sepultura a dedicada esposa do sr. Joaquim Alcantara, farmaceutico estabelecido em Albergaria-a-Velha.

Era ainda nova e deixa na orfandade uma filhinha de 6 anos que era todo o seu enlevo pela extrema vivêsa e encantos de que é dotada.

A's familias em luto apresentâmos a expressão das nossas condolencias.

Juntas de Paroquia Civil

Oferecido por o sr. Dionisio Duarte, secretario da administração do concelho de Castro Daire, que o editou, temos em nosso poder um exemplar do *Manual Anotado das Juntas de Paroquia Civil*, livro de grande utilidade e interesse para os que, fazendo parte desses corpos administrativos, teem absoluta necessidade de conhecer a legislação em vigor.

Contém o livro a referida lei com anotações na parte respeitante ás juntas, as tabelas dos emolumentos e selo, indicações sobre a contribuição industrial e o novo sistêma monetario, organisação de orçamentos e contas e todos os modelos indispensaveis para o funcionamento da corporação a que visa.

Agradecemos.

O SAL

Tem estado em Aveiro ao preço de 32$00 o vagon.

Como se faz um inferno

Dizem os entendidos que um sorriso faz um namoro. Um namoro faz dois conhecimentos. Dois conhecimentos fazem um beijo. Um beijo faz muitos outros. Muitos outros fazem um compromisso. Um compromisso faz dois tolos. Dois tolos fazem um casamento. Um casamento faz duas sogras. Duas sogras fazem um inferno.

Se a sim é ou não os leitores é que se encontram nos casos de emitir opinião sobre isso...

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

MAIO

DIAS	PHARMACIAS
24	MOURA
31	LUZ

Caixa Economica Postal

Aceitam-se depositos, á ordem, em dinheiro, desde $20 a 1.000$, e em estampilhas, das taxas de 1½ a 2 1½ centavos, por meio de boletins, até 20 centavos cada boletim.

Juro de 3 0/0 ao ano.

Qualquer estação Telegrafo-Postal aceita depositos.

Os vales do correio nacionaes, internacionaes e ultramarinos e as ordens postaes pódem ser endossadas a esta Caixa para serem creditados na conta corrente de qualquer titular, para o que basta envial-os em subscrito cerrado, *sem estampilha*, á séde da Caixa.

Tambem se aceitam, para o mesmo fim, coupons de papeis de credito, cheques nacionaes, internacionaes e outros titulos a cobrar, devendo estes ser remetidos em carta com valor declarado á séde da Caixa, rua Alves Correia (vulgo rua de S. José) 14—LISBOA.

Um crime

—=(*)=—

Assassinato, a tiros de revolver, dum cidadão de Agueda

Na quarta-feira, por volta do meio dia, deu-se nas Arcadas do Terreiro do Paço, em Lisboa, uma scena de sangue similhante á que ainda ha poucos dias se deu no largo dos Caminhos de Ferro, entre o ferro-viario Manuel Ramos e o engenheiro da Companhia dos Caminhos de Ferro, Santos Viegas.

O caso de agora foi tambem motivado pelas gréves que tem havido na capital.

Os protogonistas, que são tres, todos pertencem á Empreza Nacional de Navegação de Lisboa. São eles: Augusto Dias Cura, de 54 anos, casado com a sr.ª D. Maria Atolini Cura, e que ultimamente desempenhava o logar de chefe encarregado do cáes; Manuel Luiz Sant'Ana, o *Alcochetano*, de 39 anos, casado, natural de Alcochete, que foi durante 16 anos empregado da Empreza, como estivador e João Dionisio, oficial da marinha mercante e ha pouco reformado.

Em janeiro do ano passado, quando se deu a segunda gréve dos empregados fluviaes pertencentes á Empreza Nacional de Navegação, o *Alcochetano*, foi logo indicado pela direcção da Empreza como tendo sido um dos dirigentes, tendo tido, segundo se afiançava, grande preponderancia nesse movimento grévista, motivo porque foi despedido, juntamente com outros.

Desde então o *Alcochetano* andou trabalhando num e noutro ponto, principalmente a bordo das fragatas. Ultimamente, porém, procurava, de quando em quando, o sr. Cura, solicitando-lhe um lugar qualquer na Empreza. Ainda na vespera o procurara, sem que fosse atendido pelo que prometeu desde logo, segundo dizem, vingar-se.

Na quarta-feira o sr. Cura, ás 8 da manhã, hora a que habitualmente saía de casa, dirigiu-se aos Caminhos de Ferro de Santa Apolonia para trabalhar no cáes da desinfecção. Depois foi á rua do Comercio, demorando-se algum tempo na séde da Empreza Nacional de Navegação. Cêrca das 12 horas e quando ia para o Terreiro do Paço a fim de tomar o carro electrico e seguir para a sua residencia, ao passar na Arcada, a curta distancia da séde da Sociedade da Cruz Vermelha, correu sobre ele o *Alcochetano*, que lhe disparou dois tiros de revolver, prostrando-o. Seguidamente e em rapidos momentos de novo desfechou a arma por duas vezes.

O criminoso era seguido já por João Dionisio, que sempre acompanhava o sr. Cura. Entretanto aquele punha-se em fuga, levando a arma, que era uma pistola das grandes, egual ás que usam os oficiaes do exercito.

Quando fugia foi apanhado por um policia da esquadra da rua do Comercio, na rua Augusta.

João Dionisio, já depois de o *Alcochetano* estar preso e ir na companhia do guarda, disparou-lhe dois tiros de revolver com a mão esquerda. Uma das balas atravessou a perna do preso, junto á côxa e a outra foi mais adiante ferir, sem gravidade um transeunte. O Dionisio foi tambem detido.

Ao sr. Cura, no posto da Cruz Vermelha, foram-lhe prestados alguns socorros, mas poucos minutos depois de ali ter entrado, morria.

Assim que se deu a tragedia telefonaram para casa da esposa, dando conta do que sucedêra.

O cadaver foi removido para a *morgue*.

O sr. Cura, receando qualquer agressão, andava armado de pistola, pela qual não chegou a puxar, visto ter sido atingido á queima roupa.

Era um velho republicano e estava filiado no partido evolucionista.

O sr. Jaime Thompson, tesoureiro da Empreza Nacional de Navegação e muitos empregados da mesma, estivéram de tarde no govêrno civil visitando o preso Dionisio, que depois foi conduzido para o tribunal da Boa Hora, de onde saíu já sob fiança.

Enquanto ao assassino foi interrogado pelo sr. dr. João Eloi, director da policia de investigação criminal. Diz o criminoso que ha uma temporada vinha lutando com a miseria, tendo quasi tudo empenhado, pois sustenta a mulher, a filha, a sogra e um cunhado doente.

A vitima possuia alguns bens de fortuna e era muito estimada por todo o pessoal da Empreza Nacional de Navegação. Em tempo fizéra serviço como segundo oficial e depois como comandante do vapor *Moçambique*, da Mala Portuguêsa, que fazia carreiras para vários pontos do Brazil e Africa.

Esta tragedia produziu profunda impressão em Agueda onde o sr. Dias Cura possuia bastantes simpatías, tendo dado logar ainda ao trecho que se segue, transcrito da *Soberania do Povo*:

O assassinato de Augusto Dias Cura é a sequencia de crimes devidos á atmosféra social que se respira. E' o resultado das propagandas insensatas e dissolventes, que caraterisam o regimen da anarquia em que se vive em Portugal.

Não perdeu, como se vê, a *Soberania*, a ocasião de apunhalar uma vez mais a Republica, aquela Republica generosa que tem feito a admiração do mundo inteiro, mas com a qual o conde de Agueda nem a familia querem nada, mórmente depois que viram ser repudiada com nôjo a *sua desinteressada* adesão.

E' logico. Por todos os motivos e ainda porque á *Soberania*, como a todos os pasquins realistas, só anima uma unica coisa—o pretexto, seja ele qual fôr, para dizerem mal do que já acharam bom.

Comunicados

—=(*)=—

Ainda o caso do professor da escola oficial de Pinhão, Oliveira de Azemeis

Escutem bondosos povos désta aldeia e, antes de mais nada, deixai que diga que hoje, como ontem e como sempre, eu serei franco, sincéro, imparcial, logico, rasoavel, justo, verdadeiro, energico e altivo. Serei franco, como é preciso ser, dizendo as coisas como élas são e se devem dizer, sem mêdo, e sem receio de qualquer *talassa*.

Serei sincéro, expondo tudo quanto sinto no momento presente. Serei imparcial, narrando os factos taes quaes eles são sem olhar a que eles possam ir de encontro aos sentimentos desses individuos que tentam salvar esse instrumento de escola em prejuizo da instrução. Serei logico, por que não faltarei com os fundamentos-bases ás afirmações que fizér. Serei rasoavel, porque direi sómente aquilo que a minha consciencia me aponta estar dentro da rasão. Serei justo, porque não deixarei de fazer justiça a quem de direito a mereça sem mesmo olhar que éssa justiça vá bater em cheio naquele ou naqueles que apoiam o procedimento desse bacoreiro e leiteiro que tem dormido manifesto desleixo no exercicio das suas funções para acudir aos seus interesses. Serei verdadeiro, porque sempre

me repugnou faltar ao sagrado cumprimento dum dever.

Serei energico, porque tenho como principio que quando se fala sem energia é porque se fala sem rasão, com mêdo ou sem conhecimento de causa; e, finalmente, serei altivo, porque desejo mostrar, sem tibiezas, a rasão que tenho a meu lado, irmã legitima da verdade pura e casta. Se no decorrer déstas linhas alguem encontrar uma frase, uma palavra que seja, que não esteja dentro das normas que deixo apontadas, releguem-me aos tribunas e não se acobardem. Parece-me que quem tem a hombridade de falar assim é porque sabe o que vae escrever, é porque sabe o que vae dizer.

Prestai um pouco de atenção, ouvi atentamente, guardai para o final da leitura déstas linhas as considerações e deixai que abra a minha alma, que abra o meu coração, que abra a minha consciencia para dizer da minha justiça, para justificar o meu acto de hoje. Farei todo o possivel para não ser longo, como é mister que assim seja, para não enfastiar e para não tomar muito espaço ao jornal, mas deixai que vá até ao fim que desejo. E' impossivel tolerar-se que a instrução seja neste logar uma palavra vã e a justiça uma palavra ouca, apezar désta modesta pena ter clamado por éla por entender que éla é tão necessaria como o alimento e por ainda ser um dos lemas da Republica—instruir o povo.

Porque é que o sr. inspector não deu andamento a uma queixa que lhe foi presente? E' porque afina cértamente pelos mesmos habitos do professor. Agora o unico recurso que temos é recorrer ao Ex.mo Ministro de Instrução Publica pedindo para que nos seja feita justiça.

Pela publicação destas linhas muito grato lhe fica o que se subscreve

De v. etc.,

Pinhão, 19—5—914.

Um assinante

—=—

... *Sr. director*

Com a epigrafe de — *Cobardia dos talassas* — publica v. no seu conceituado jornal de 8 do corrente, uma noticia em que se fazem referencias á minha pessoa, referencias éssas menos verdadeiras, senão caluniosas e trampolineiras.

Não é costume meu responder a quem anonimamente, e em termos taes—a mim se refere. E se désta vez o faço, é simplesmente para lhe dizer que foi ludibriado na sua boa fé, vitima dum *escroc* que se escuda em v., fazendo passar a noticia como sendo da redacção, para assim poder melhor largar a sua raivosa e pestilente peçonha, á laia dos que alvejam a coberto dum muro, com receio de serem conhecidos.

Tenha éssa abjecta creatura que o informou, e cujo nome v. decerto, não ocultará no proximo n.º, a coragem precisa para confirmar taes informações, assinando-se e tomando délas responsabilidade, e provar-lhe-ei então, que calunía, infama e mente como um pêrro.

Agradecendo desde já a publicação déstas linhas

Sou de v. etc.,

Anadia, 19—5—914.

José Maria Simões

E' por um dever de lealdade que publicámos esta carta só lamentando que a pessoa que nos enviou a informação désse logar aos reparos do sr. José Maria Simões taxando-a de menos verdadeira.

As normas do *Democrata* são, foram sempre, diferentes das usadas pelos menos escrupulosos e por isso é com magua que vêmos ser desmentida a noticia por nós dada á publicidade.

CORRESPONDENCIAS

Requeixo, 18

EM DUPLICADO

O leitor hade classificar o caso que vamos referir, á primeira vista, de suprema estupidez, e não dá para menos, se, conscienciosamente, não tivér por principio que no tribunal da opinião publica ninguem deve faltar á verdade.

Sem delongas nem fantasias, e mesmo porque não é costume nosso prolongar factos nem fantasiar, vamos contar o que nos foi dito por testemunhas oculares e que erputâmos insuspeitas.

No dia 10 do corrente *mês das flôres* teve logar uma sessão ordinaria da Junta de Paroquia desta freguezia com presidencia em duplicado.

E' preciso explicar que a Junta se achava em maioria, que á meza das sessões se sentaram os cidadãos que constituem a corporação paroquial—e até este ponto nada ha de anormal—mas conjuntamente se *alistou* mais um.

Decorreram os trabalhos, cremos que de nenhum efeito, e o intruso pergunta se alguem pretende apresentar alguma coisa. Como a esta frase ninguem respondesse, o intruso declarou que *estava encerrada a sessão.*

Pois muito bem: isto pratica-se na freguezia de Requeixo, concelho e distrito de Aveiro, na joventude do seculo XX!

Alexandre Herculano disse que quanto se passava em Portugal (no seu tempo) dava vontade de morrer.

Se o grande historiador hoje vivesse diria com mais propriedade que dava vontade de morrer mil vezes em vez duma!

Nem ao menos sabem salvar as aparencias!

Em tudo contraditorios, como em tudo opostos á marcha regular do progresso!

Será um absurdo pedir á autoridade competente um reparo ao caso de que vimos tratando? Talvez seja...

Se o não é, pedimo-lo em nome da lei e da moralidade; de contrário damo-nos aqui como penitenciados, sem contudo darmos o assunto por esgotado.

* * *

Consta, á ultima hora, que a Junta de Paroquia propoz em juizo acção judicial, no sentido de provar que o terreno publico situado na Povoa do Valado, e no qual a mesma Junta cortou as arvores ali existentes e tentou demolir um chafariz que a Câmara Municipal fez construir em parte perfeitamente adquada, substituindo outro, sem que dessa substituição resultasse ofensa de especie alguma.

Não podemos dar á Junta os parabens; mas felicitamo-la pela sua atitude... Reconsiderou tarde, mas ainda a tempo. Reconsiderou tarde e a más horas, precisamente quando os animos, com justissima razão, estavam exaltados e que se dessa exaltação não resultaram consequencias mais desagradaveis foi isso devido á proverbial cordura dos habitantes da Povoa do Valado que, apesar de verem na Junta de Paroquia um procedimento injustificavel, não quizéram nivelar-se com inspirações da corporação inconsciente.

Seguiu a Junta de Paroquia o caminho que neste logar lhe indicámos. Orgulha nos com isso, se é cérta a versão, sem deixar de reprovar o seu incorrecto procedimento de distruição, lamentando que os seus passos estejam em perfeito antagonismo com os deveres que a lei lhe impõe e os direitos dos povos exigem.

Seja esse terreno pertensa da paroquia ou do municipio, sempre é da Povoa do Valado, mas sempre de nenhum interesse material para a entidade que por sentença lhe venha a pertencer; e a Junta de Paroquia se quer fazer figura, tem perdido um tempo precioso, como lhe havemos de dizer aqui se qualquer circunstancia imprevista não se opozer no nosso proposito, aliás inofensivo.

F.

Alquerubim, 18

Esteve aqui no dia 15 do corrente, de visita á escola oficial do sexo masculino, o sr. Augusto Cesar Brochado Brandão, distinto oficial militar, encarregado da instrucção militar preparatoria no distrito de Aveiro.

Mandou formar os alunos. Ordenou-lhes a posição em fórma militar. Deu-lhes a voz de sentido e mandou que fizéssem os exercicios de ginastica sueca que ia indicando. Os rapazes ficaram todos contentes, porque o ilustre militar os tratou com delicadeza e carinho. Da nossa parte agradecemos ao ilustre oficial tantas atenções.

C.